

Nota Técnica

27. EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS E PSICOLOGIA: REFLEXÕES ACERCA DOS IMPACTOS DO RACISMO AMBIENTAL E POSSÍVEIS AÇÕES PARA PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE RISCOS

Aquiles J. Santodomingo Varela⁹¹
Ellen Taline de Ramos⁹²

Resumo Executivo

Este artigo trata da necessidade da inclusão do termo “Racismo Ambiental” no debate sobre as alterações climáticas e a luta socioambiental, da mesma forma que se refere às ações históricas que marginalizaram a população preta e parda deixando-os mais vulneráveis na execução de políticas públicas que abordem situações emergenciais. O artigo também menciona as diferenças que existem nas condições de habitação entre os setores onde residem as populações marginalizadas e aqueles onde residem as pessoas das camadas médias e altas. Por fim, discute-se também a importância da implicação da psicologia como ciência e profissão em intervenções para redução dos impactos ocasionados pelas mudanças climáticas externas.

Palavras-chave: *Racismo ambiental. Mudanças climáticas. Psicologia.*

É de conhecimento da sociedade que as mudanças climáticas e seus impactos estão presentes em todo o mundo, no entanto vemos que tais alterações vêm acentuando desigualdades sociais e ambientais já existentes, potencializando e criando novas vulnerabilidades. No mês de setembro de 2023, presenciamos uma onda de calor intensa no Brasil que escancarou situações extremas vividas por muitas pessoas. A reportagem produzida pela BBC (2023), salientou as diferenças das vivências e percepções do calor por moradores da capital paulista; quanto maior a precariedade das moradias e menos arborizada a região em que se vive, maior é a sensação térmica.

Diante disto, este texto pretende discutir a importância da inserção da psicologia nas ações para prevenção e mitigação de riscos e na educação para a resiliência ambiental frente ao aumento de desastres decorrentes de eventos e mudanças climáticas.

⁹¹ **Aquiles José Santodomingo Varela.** Graduado em Psicologia pela Universidad Metropolitana de Barranquilla, (Colômbia). Docente pesquisador na Universidad Metropolitana de Barranquilla (Colômbia) no projeto de cooperação internacional “Fortalecimento de Capacidades para a Resiliência Local” na USCS. Membro do Colégio Colombiano de Psicólogos.

⁹² **Ellen Taline de Ramos.** Doutora em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da USP Mestre em Educação: História, Política, Sociedade na PUC-SP. Psicóloga pela Universidade Mackenzie. Docente no curso de Psicologia na Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS).

A psicologia como ciência e profissão, regulamentada no Brasil há pouco mais de 60 anos, vem trilhando seus caminhos em direção a uma psicologia socialmente engajada, debruçando-se sobre diversas temáticas da contemporaneidade sempre em defesa dos Direitos Humanos. Frente a isso, as demandas que envolvem situações de emergências e desastres ambientais têm ganhado espaço na categoria profissional levando, inclusive, a construção de referências técnicas para a atuação na área (Conselho Federal de Psicologia, 2021).

Mesmo com a publicação destas referências técnicas é notório que a área ainda tem potencial para crescer e que deve ganhar mais espaço com os impactos cada vez mais evidentes das catástrofes naturais e/ou causadas pela humanidade, em que salientamos as alterações climáticas e a necessidade de pensarmos estratégias e políticas públicas para garantir o bem-estar biopsicossocial de todas as pessoas. No entanto, diante das imensas desigualdades socioeconômicas presentes no Brasil, podemos questionar se tais políticas de fato são nacionais e se atendem a toda população brasileira, conforme prevê a legislação, ou somente determinadas regiões.

De acordo com Campos e Pedrosa (2023) nos últimos anos houve um aumento exponencial de desastres socioambientais em países considerados em desenvolvimento e o Brasil apresenta o maior número de desastres em comparação a outros países da América Latina, fato que evidencia a importância de investimentos em ações voltadas para a melhor gestão de situações de emergências e desastres, proporcionando principalmente processos de prevenção e mitigação como prevê a lei Nº 12.608, DE 10 DE ABRIL DE 2012 que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Brasil, 2012).

Ao olharmos para essas questões considerando as desigualdades brasileiras é impossível desvincularmos os impactos das mudanças climáticas de uma discussão racializada, visto que comunidades inteiras ficam "fora" das políticas nacionais, um exemplo disto é quando observamos nos noticiários quem são as pessoas mais afetadas pelas fortes chuvas e pelas ondas de calor; dificilmente visualizamos grandes impactos em locais de classe média/alta, isso nos leva à discussão a respeito da justiça climática e do racismo ambiental.

O termo racismo ambiental surge na década de 1980 nos Estados Unidos quando estudiosos notam a disparidade nos impactos de desastres ambientais em diferentes grupos, trazendo à tona a necessidade de pensar esse tema de forma interseccional.

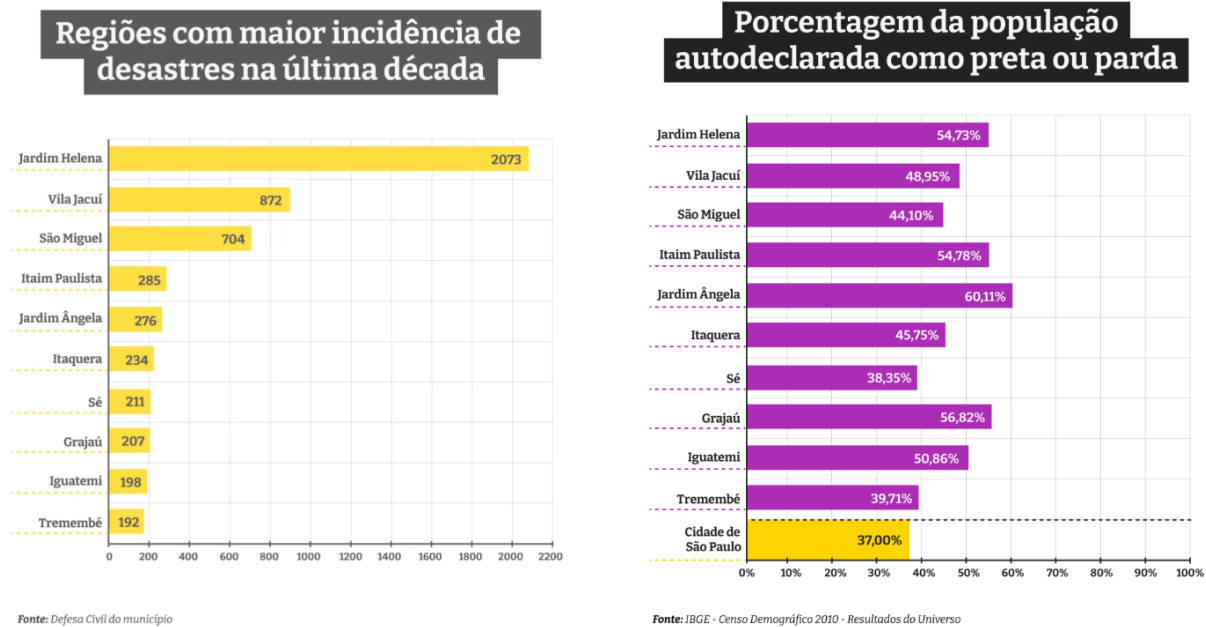
O conceito de racismo ambiental refere-se à forma específica de discriminação que ocorre quando indivíduos ou comunidades racialmente marginalizadas são afetados de maneira desproporcional e injusta por danos ambientais. Esses danos podem incluir a exposição à poluição do ar e da água, o desmatamento, o despejo de resíduos tóxicos e outras formas de degradação ambiental (Monteiro; Santos; Souza, 2023, p.118).

No Brasil esse conceito contribui para impactos desiguais das mudanças climáticas sob a população, uma vez que essas comunidades marginalizadas ficam expostas a pior parte das ameaças impulsionados pela distribuição desigual dos riscos ambientais, por exemplo, não vemos casas deslizando em bairros íngremes de classe média, mas vemos bairros inteiros serem tragados pela

terra nas periferias do país, isto não ocorre somente pelo tipo de relevo, mas pelo investimento público em infraestrutura em um bairro em detrimento do outro.

Na mesma linha, Mariana Belmont (2024) afirma que nos últimos anos foi aberto um debate que propõe como a justiça ambiental deve abrir espaço nas lutas socioambientais, pois as populações que têm sido mais afetadas pelos desastres naturais e pelas mudanças climáticas são principalmente aquelas que estão localizadas em territórios vulneráveis e que, por sua vez, carecem de infraestrutura urbana que garanta o bem-estar habitacional de quem ali reside. Da mesma forma, verificamos que as políticas públicas implementadas pelo governo federal, em vez de ajudarem a mitigar essas dificuldades, realizam ações que promovem a marginalização das populações vulneráveis e, além disso, as respostas a estes eventos são tardias ou, na pior das hipóteses, nunca chegam.

Abaixo apresentamos um gráfico divulgado em reportagem da Agência de Jornalismo Investigativo em 19 de fevereiro de 2024, o gráfico compara o índice populacional de algumas regiões do estado de São Paulo *versus* Populações com grande número de residentes autodeclarados pretos ou pardos:



Fonte: “Agência Pública”

De acordo com o exposto, o conceito “Racismo Ambiental” é evidenciado estatisticamente em São Paulo, constatando que as regiões com maiores índices de desastres naturais possuem um grande percentual de pessoas autodeclaradas pretas ou pardas. Da mesma forma, a reportagem mostra que as áreas mais afetadas pelas enchentes e deslizamentos estão localizadas na Zona Leste da cidade (periferia). Há, inclusive, alguns setores que foram prejudicados por ações governamentais que buscavam “melhorar” a qualidade de vida dos moradores e no final o resultado foi exatamente o oposto.

Um exemplo claro disso foi o que aconteceu no Jardim Helena, onde algumas ruas foram asfaltadas e os moradores afirmam que depois dessas obras, quando chove, a água fica muito mais tempo nas ruas inundando algumas casas porque o desnível entre algumas das ruas, causa estagnação da água após as chuvas.

Durante estes eventos, as populações afetadas recebem, ocasionalmente, intervenções de emergência, o que têm conseguido mitigar os efeitos imediatos resultado desse tipo de evento catastrófico; no entanto, é importante destacar que estas ações não resolvem o problema subjacente, dado que as vulnerabilidades estruturais permanecem ao longo do tempo e, na maioria dos casos, tendem a agravar-se, colocando assim mais pessoas em risco quando ocorre um novo evento. Dada esta situação, as entidades governamentais são obrigadas a realizar ações oportunas e rápidas para mitigar as causas dos desastres ambientais. Essas intervenções devem ser implementadas junto à população em todas as suas fases para que, além da participação ativa na formulação de soluções, aspectos que estão perdendo valor nos habitantes de territórios vulneráveis possam ser fortalecidos frente ao abandono constante a que foram submetidos durante anos.

As alterações climáticas são uma realidade que devemos enfrentar urgentemente, começando por reconhecer a sua existência, além de ter consciência do impacto negativo que as nossas ações têm sobre esta problemática, da mesma forma, devemos promover e adotar comportamentos que permitam a desaceleração dos efeitos negativos e, concomitantemente a isso, desenvolver pesquisas e programas que consigam mitigar seus efeitos.

Meira-Cartea, González-Gaudiano e Gutiérrez-Pérez, (2020, p.269, tradução nossa) afirmam que “a capacidade humana para enfrentar processos de mitigação e adaptação comportamental nas esferas pública e privada diante do aquecimento global constitui uma peça essencial para redirecionar a dinâmica dos problemas ambientais”.

De acordo com o exposto até aqui, pode-se afirmar que a influência social desempenha um papel fundamental nos estudos realizados sobre o cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13, é neste espaço que a psicologia ambiental ganha força porque parte do seu objeto de estudo é o comportamento humano, pois é evidente que a causa das alterações climáticas reside nas ações humanas, dessa forma, ao promovermos estratégias de sensibilização e educação psicoambiental, contribuímos para a diminuição do impacto humano no meio ambiente.

Como primeira medida, devem ser revistas as concepções que as comunidades têm sobre as alterações climáticas e as questões relacionadas a este tema; posteriormente, devem ser realizadas ações para erradicar as visões errôneas sobre os conceitos-chave ou, no caso de que, se necessário, desenvolver estratégias pedagógicas que permitem a aquisição de conhecimentos essenciais para combater as mudanças climáticas, a que temos chamado de “alfabetização climática” e é este processo que pode contribuir fortemente para avanços no reconhecimento e no enfrentamento de eventos catastróficos, a fim de buscarmos a efetivação de uma justiça climática e melhores condições de qualidade de vida para as populações mais vulneráveis.

Aquiles José Santodomingo Varela - Graduado em Psicologia pela Universidad Metropolitana de Barranquilla, (Colômbia). Docente pesquisador na Universidad Metropolitana de Barranquilla (Colômbia) no projeto de cooperação internacional “Fortalecimento de Capacidades para a Resiliência Local” na USCS. Membro do Colégio Colombiano de Psicólogos.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/589531/publicacao/15760049>>. Acesso em: 27 fev. 2024.

BRAUN, Julia. Teto que esquenta na favela, árvore e ar-condicionado no bairro rico: a desigualdade sob calor extremo. BBC News Brasil [on-line], São Paulo, 23 set. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/czqeq2dzpw2o#:~:text=A%20regi%C3%A3o%20central%20da%20cidade>>. Acesso em: 6 nov. 2023.

CAMPOS, Nayara Rita Cardoso; PEDROSA, Maria Marques Marinho Peronico. Psicologia e Desastres: Reflexões e Possibilidade de atuação no Antropoceno. In. FERREIRA, Ezequiel Martins (Org.). **Teoria e pesquisa em psicologia**. Ponta Grossa - PR: Atena, 2023. p.53-67. Disponível em: <<https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/teoria-e-pesquisa-em-psicologia>>. Acesso em: 6 nov. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) na gestão integral de riscos, emergências e desastres**. Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, 1. ed. Brasília: CFP, 2021. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Crepop-RT-Emerge%CC%82ncias-e-Desastres-web_v2.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2024.

MEIRA-CARTEA; Pablo A.; GONZÁLEZ-GAUDIANO, Edgar; GUTIÉRREZ-PÉREZ, José. Climate crisis and the demand for more empiric research in social sciences: emerging topics and challenges in environmental psychology/Crisis climática y demanda de más investigación empírica en Ciencias Sociales: tópicos emergentes y retos en Psicología Ambiental, **PsyEcology**, 9:3, 259-271, 2018. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21711976.2018.1493775>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

MONTEIRO, R. R.; SANTOS, M. dos; SOUZA, J. O. R.; BORGES VIEIRA, M. B. V. RACISMO AMBIENTAL, JUSTIÇA AMBIENTAL E MUDANÇAS CLIMATICAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS RELATÓRIOS ANUAIS DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL. Revista Em Favor de Igualdade Racial, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 117–132, 2023. DOI: 10.29327/269579.6.3-9. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/6783>. Acesso em: 22 fev. 2024.

MUNIZ, B.; SANTINO, M. (2024). Bairros periféricos e de maioria negra são os mais afetados por desastres em São Paulo. *Agência Pública*. Disponível em: https://apublica.org/2024/02/bairros-perifericos-e-de-maioria-negra-sao-os-mais-afetados-por-desastres-em-sao-paulo/#_ Acesso em: 26 fev. 2024